



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024 SRP 009/2024

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A implementar ações que venham a ressaltar a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos atendidos a Secretaria Municipal de Educação de São Geraldo, juntamente com a atual Gestão Municipal pretende na rede municipal de ensino e como uma das estratégias a serem adotadas, entende-se que propiciar um ambiente escolar seguro e favorável às condições de ensino transcende o espaço físico das escolas, visando condições de identificação, segurança, apoio e proteção aos alunos, atendimento de qualidade, caracterizando-se em investimento na educação pública municipal por meio de ações de qualidade da vida escolar, frequência às aulas devidamente uniformizados, contribuindo assim, para a padronização, organização e valorização do ensino.

Além disso, a aquisição de uniformes para os funcionários da educação é uma decisão estratégica que traz inúmeros benefícios, desde a criação de uma identidade institucional sólida até a promoção de igualdade, segurança e disciplina. Esses benefícios não apenas impactam positivamente a instituição, mas também contribuem para um ambiente de aprendizado mais eficaz e respeitável.

Conforme discorre a Resolução da ANVISA – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e exige que: “os manipuladores de alimentos devem ter asseio pessoal, apresentando-se com uniformes compatíveis à atividade, conservados e limpos”. Tal resolução, orienta, ainda, que: “os uniformes devem ser trocados no mínimo, diariamente e usados exclusivamente nas dependências internas do estabelecimento”. Tendo em vista a preocupação em garantir a integridade física das merendeiras, preservar e assegurar padrões adequados de saúde e bem estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, contribuindo para melhoria de qualidade e produtividade no trabalho, através do comprometimento de todos com a organização, prevenção e segurança, bem como, o cumprimento da legislação vigente; e considerando que o uniforme serve ainda como EPI, evitando assim acidentes e preservando a saúde de quem utiliza o uniforme, justifica-se o presente termo, evitando assim acidentes e preservando a saúde de quem utiliza o uniforme, justifica-se o presente termo, destinado à aquisição de uniformes para as merendeiras lotadas nas escolas da rede municipal de ensino.

Em resumo, essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de aquisição de uniformes para os alunos e funcionários da rede municipal de ensino de São Geraldo. Vale ressaltar que a compra de uniformes para alunos e funcionários pode ser um investimento valioso para a escola, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar coesa e promovendo uma atmosfera propícia à educação.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a aquisição de uniformes encontra-se alinhada ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que a compra de uniformes para alunos e funcionários pode ser um investimento valioso para escola, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar coesa e promovendo uma atmosfera propícia à educação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento dos produtos e estar em dia com todas as suas obrigações. As obrigações da Contratada e da Contratante serão previstas em tópico específico do Termo de Referência.

As licitantes vencedoras deverão apresentar amostras de cada item componente do lote arrematado, para que sejam analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, a fim de se verificar o pleno atendimento das especificações. As regras a respeito da apresentação de amostras serão previstas em tópico específico do Termo de Referência.

Os uniformes deverão ser entregues às expensas da Contratada, em condições seguras de utilização, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, respeitando-se rigorosamente o prazo de entrega estabelecido, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção.

A empresa contratada deverá entregar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, entregando os itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração.

A Contratada deverá fornecer garantia contra defeitos, vícios e/ou impropriedades dos bens durante o prazo estipulado em Termo de Referência.

Com relação aos requisitos de habilitação, o Edital estabelecerá os critérios e documentos a serem atendidos pelas licitantes.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para a estimativa das quantidades de uniformes, foi analisada com base na quantidade de alunos e funcionários das escolas da Secretaria de Educação do Município de São Geraldo-MG, conforme abaixo descrito:

LOTE I – UNIFORMES ESCOLARES		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	CONJUNTO DE UNIFORME ESCOLAR FEMININO	1000
02	CONJUNTO DE UNIFORME ESCOLAR MASCULINO	1000
03	CONJUNTO DE UNIFORME ESCOLAR UNISSEX	1500



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



04	CONJUNTO DE UNIFORME ESCOLAR DE INVERNO UNISSEX	1500
05	BLUSA DE FUNCIONÁRIO DA EDUCAÇÃO	300
LOTE II – UNIFORMES COZINHA		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	CALÇA DE BRIM	200
02	BLUSA DE MALHA	200
03	AVENTAL	200
04	TOUCA DE TECIDO	200

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).*

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Considerando que o município não possui máquinas e mão de obra para a confecção, a aquisição de uniformes prontos, confeccionados por empresa especializada, é a escolha mais prática, eficiente e econômica para o município, especialmente por não possuir capacidade interna para a confecção, pelas razões abaixo expostas:

- **Economia de tempo e recursos:** A compra de uniformes prontos é mais econômica do que investir na compra de máquinas e treinamento de pessoal para a confecção. Além disso, o tempo necessário para produzir os uniformes internamente pode ser significativo, enquanto a compra de uniformes prontos pode garantir uma entrega rápida e eficiente;
- **Padronização e qualidade:** Ao adquirir uniformes prontos de fornecedores especializados, o município pode garantir uma maior padronização e qualidade dos uniformes. Isso é importante para garantir a identificação visual dos funcionários e a durabilidade das peças, o que pode resultar em economia a longo prazo;
- **Foco nas atividades principais:** Ao optar pela compra de uniformes prontos, o município pode concentrar seus recursos e esforços em suas atividades principais, sem precisar se preocupar com a gestão da produção de uniformes.

Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho exigidos em contratações anteriores. Para os bens a serem adquiridos existem um grande número de fornecedores existentes no mercado nacional, que oferecem materiais dentro das especificações solicitadas.

Diante do exposto, este Estudo Técnico Preliminar (ETP) buscou consultar o mercado para solicitar orçamentos condizentes com a demanda do setor requisitante, através de empresas especializadas no ramo empresarial do objeto, por meio de pesquisa de preços via solicitações formais de orçamento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).*

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. A Lei nº 14.133/2021 exige a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração, por esses motivos:

Foi realizada pesquisa de preços pelo requisitante para atender o objeto especificado neste documento, conforme documentos anexos, sendo o valor estimado de **R\$ 444.666,67 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme art.18, Inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

O Pregão eletrônico tipo Registro de Preço foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, mas não diárias, durante o prazo de vigência da ata (12 meses), sem implicar em obrigatoriedade de contratação. Os bens classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

A aquisição dos uniformes prontos será realizada com empresa especializada no ramo e observará tanto o orçamento quanto a possibilidade de aquisição de quantitativos durante o período de vigência da contratação, bem como a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento.

A solução para eventual aquisição de uniformes, promover a identidade visual da instituição, garantir a segurança, facilitar o reconhecimento e criar um ambiente escolar mais organizado, se dará através de Registro de Preço, com validade de 12 meses, comprando a administração a quantidade necessária para atender às suas demandas.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

Fundamentação: *Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Conforme o princípio do parcelamento, a contratação será realizada por lotes, visando um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, além da ampliação da competitividade.

O agrupamento dos itens em lotes se justifica pela necessidade de padronização dos itens que guardam estreita similaridade quanto aos materiais de fabricação e tipo de produtos, a fim de evitar variações no tecido e nas cores das peças.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: *Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

Essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de aquisição de uniformes para os alunos e professores das escolas da Secretaria de Educação do Município de São Geraldo-MG, pois uniformes



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



contribuem para a criação de uma identidade visual coesa, promovendo o sentimento de pertencimento e unidade entre alunos e funcionários, além de facilitar o controle de acesso às instalações escolares, permitindo identificar de maneira rápida e eficiente quem pertence à comunidade escolar.

Uniformes para funcionários conferem uma imagem profissional à equipe, transmitindo uma atmosfera de seriedade e comprometimento com a educação e podem estar em conformidade com regulamentos e normas estabelecidas pelas autoridades educacionais, garantindo que a escola esteja alinhada com padrões exigidos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: *Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Não há providências específicas a serem adotadas pela administração previamente a contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: *Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: *Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o disposto no Acórdão 2.380 /2012-2 Câmara (TCU) e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se e que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, _____ de 2024.

Daniela de Freitas Meireles
Gerente de Compras